

contraponto

A criação de um Estado Palestino é capaz de colocar fim ao conflito árabe-israelense?

SIM:::

Causa e efeito

Igor Vidal

A criação de um Estado Palestino que mantenha relações amigáveis com Israel marcará definitivamente o fim de uma era. Não mais a unidade árabe tentará ser forjada em contraposição a Israel, através da causa Palestina; e Israel terá, finalmente, sua segurança nacional garantida, ao ver seus vizinhos árabes escolherem entre os males – o sonho de um mundo árabe unido ou o reconhecimento da soberania palestina – o menor – a busca por uma unidade árabe que aceite a existência de Israel. Para os países árabes, o conflito com Israel sempre teve como base a questão da unidade árabe. A noção de que Israel impede a formação de um mundo árabe unido ao ocupar "terra árabe" ocupa a posição de razão fundamental do conflito. Dentro dessa dinâmica se encaixa a causa Palestina.

Nos anos posteriores à criação do Estado de Israel, em 1948, os países árabes gladiavam entre si para determinar qual Estado iria liderar uma futura união árabe. Concordavam que o fim de Israel era necessário, mas a questão crucial de quem iria liderar esse movimento ainda estava em aberto. Essa luta pela hegemonia árabe culminou na criação, em 1958, da República Árabe Unida composta por Egito e Síria – tendo Cairo como a capital e Nasser, que almejava uma hegemonia egípcia, como seu presidente – e, no mesmo ano, na unificação dos reinos Hashemitas do Iraque e da Jordânia. Posteriormente, o Iêmen se juntou a Egito e Síria para formar os Estados Árabes Unidos. Mas esse molde de luta pela hegemonia árabe não iria dar certo. O Rei Faisal II do Iraque e o primeiro ministro jordaniano foram assassinados por facções pró-Nasser em julho de 1958; um *coup d'état* na Síria resultou na dissolução da República Árabe Unida – ainda que o Egito, sozinho, tenha continuado a usar o nome até 1971 – e luta armada ocorreu entre Arábia Saudita e Egito devido à acusação saudita de que o Egito estaria interferindo nos assuntos internos do Iêmen. Tornava-se necessária a criação de um novo método que não a briga direta entre os países para se criar um mundo árabe unido. A legitimação de uma possível liderança através da utilização da causa Palestina foi o método encontrado pelos países árabes.

No artigo 13 da Carta Nacional Palestina – escrita em 1964, durante a primeira conferência do Conselho Nacional Palestino da Organização para a Libertação da Palestina – fica evidente a ligação entre a busca pela unidade árabe e a libertação da Palestina: "*A unidade Árabe e a libertação da Palestina são objetivos complementares, a obtenção de um facilitando a obtenção do outro*". A luta pela liderança árabe havia tomado um novo rumo; o hegêmona árabe teria o apoio dos outros países árabes ao se tornar o "protetor" do povo palestino e, na busca de assumir essa condição, Egito e Síria, principalmente, lutavam para garantir a legitimidade de suas respectivas organizações palestinas. A Organização para a Libertação da Palestina (OLP), apoiada pelo Egito, foi criada em 1964 e a al-Fatah, apoiada pela Síria, ganhou força em 1965. Em 1967, após três anos de conflito por legitimidade, as diferentes organizações palestinas se uniram sob a tutela da OLP – agora liderada pela al-Fatah de Yasser Arafat – e os países árabes reconheceram a OLP como "o único representante do povo Palestino". A partir desse momento, a briga pela hegemonia árabe se centralizou nos esforços para influenciar os rumos da OLP.

8

O DEBATEDOURO, ed. 69, 10 de outubro de 2005

Após essa breve explicação demonstrando a relação – de subordinação – entre a causa Palestina e o movimento pela união árabe, poderemos, finalmente, demonstrar que a criação de um Estado Palestino levará, sim, ao fim do conflito árabe-israelense. Pode-se notar, desde os acordos de Camp David entre Egito e Israel em 1978, um duplo deslocamento das noções de unidade árabe e de libertação da Palestina. Primeiramente, a idéia de uma identidade árabe baseada na contraposição a Israel tornou-se incapaz de realmente promover a união árabe, devido a uma série de acordos bilaterais e multilaterais que foram assinados entre Israel e alguns países árabes. Atualmente, Egito, Jordânia e Mauritânia possuem relações diplomáticas plenas com Israel e existem representações israelenses em outros quatro países da Liga Árabe: Marrocos, Omã, Catar e Tunísia. Em 1996, o então primeiro-ministro israelense Shimon Peres chegou até a realizar visitas oficiais ao Oman e a Qatar. A criação de um Estado Palestino adicionaria mais um país árabe a essa lista de países que mantêm relações amigáveis com Israel. Ao invés de unir, a relação com Israel provocou uma profunda cisão – que ainda não foi superada – entre os países árabes que aceitam e os que não aceitam uma convivência pacífica com aquele. Dessa maneira, os países árabes se vêem diante de um dilema; manter uma noção de identidade que mais divide do que unifica ou buscar uma unidade árabe que aceite a existência de Israel? Considerando que, com a Palestina, oito países da Liga Árabe irão manter relações pacíficas com Israel – o suficiente para bloquear uma decisão que necessite da maioria qualificada de quinze no interior daquela organização – e que, desde 2003, um dos maiores opositores a Israel, Saddam Hussein, não está mais no poder no Iraque, a segunda opção parece ser cada vez mais preferível. Em segundo lugar, a maneira pela qual se imaginava a obtenção da libertação da Palestina mudou radicalmente. Desconsiderando o que é ainda defendido por alguns grupos extremistas como o Hezbollah, a idéia de que a criação do Estado Palestino reside, essencialmente, na destruição de Israel não está mais em voga. Pensa-se na criação do Estado Palestino através das negociações com Israel e reconhecendo-se o direito à existência deste. Esse reconhecimento facilita o próprio processo de criação do Estado Palestino ao reduzir as incertezas israelenses em relação à sua segurança e, como já vem ocorrendo na Faixa de Gaza e no Líbano, fomenta um acalorado debate interno acerca da legitimidade da ação dos grupos extremistas.

Esse duplo deslocamento, ao retirar dois obstáculos que impediam a paz – a noção de uma identidade árabe baseada na contraposição a Israel e o não-reconhecimento da existência deste último – cria um ambiente propício para a retomada de relações diplomáticas plenas entre Israel e os países árabes após a criação do Estado Palestino. Isso ocorre por três razões. Primeiro, disputas bilaterais, como a que ocorre entre Israel e Síria devido às Colinas de Golan, serão mais facilmente solucionadas quando a agenda de resolução do conflito for separada de um contencioso maior; segundo, países árabes que já estavam dispostos a normalizar suas relações com Israel, mas temiam a possível reação que isso iria causar – e, de acordo com o discurso do ministro das relações exteriores de Israel, Silvam Salom, durante a Assembléia Geral da ONU deste ano, não são poucos os países que estão nessa situação – poderão assumir publicamente esse compromisso; terceiro, o governo israelense estará em uma posição significativamente mais cômoda, principalmente em relação à opinião pública doméstica – e a recente vitória de Sharon dentro de seu partido, o Likud, pode ser considerada um indicador disso – para entrar em negociação com os países árabes. Resta agora esperarmos pela criação de um Estado Palestino (realmente) soberano.

NÃO!!!

Paz distante

Guilherme Casarões

Da mesma forma como a necessidade da criação de um Estado palestino não foi a geratriz do conflito entre árabes e israelenses, acredito que – diferente do que às vezes se pensa – ela não trará, em absoluto, o fim das desavenças. Primeiramente, é interessante colocar os pontos positivos da criação do Estado palestino. Desejos fundamentais dos palestinos, como o da autodeterminação e do estabelecimento de um Estado independente, conforme citado nos documentos oficiais da Autoridade Palestina, seriam atendidos, acabando com uma das justificativas da violência que ali se coloca atualmente.

Fundamento, contudo, minha argumentação de que a criação do Estado palestino não é suficiente nem capaz de conduzir os povos à paz em cinco idéias básicas, todas bastante plausíveis para uma análise breve como essa. A primeira delas é a de que há, por trás da questão palestina, o que se chama de “jogo de soma zero”. Quero dizer, com isso, que alguns interesses vitais para os dois povos são tão conflitantes – como a situação de Jerusalém ou a dos “territórios ocupados” – que o ganho de um lado representa, necessariamente, a perda para o outro.

Portanto, um Estado palestino factível estaria longe dos moldes vislumbrados pela Autoridade Nacional Palestina (ANP), cuja premissa mais fundamental, que é o estabelecimento de Jerusalém como capital, é também a mais difícil de ser atingida.

A localização geográfica e as disposições fronteiriças de um possível Estado palestino devem também ser pensadas. Fala-se bastante, até o momento, em conceder aos territórios atualmente sob responsabilidade da ANP (Faixa de Gaza e Cisjordânia) o *status* de Estado, o que traria uma série de incômodos. O mais notável é a ausência de uma ligação por terra entre as duas localidades, reduzindo drasticamente a mobilidade da população palestina. Além disso, a forma difusa como os assentamentos judaicos em tais territórios estão dispostos, bem como a parcela já construída do famigerado muro na região noroeste da Cisjordânia, comprometem sobremaneira a delimitação de fronteiras.

Em terceiro lugar, há um sério questionamento sobre a sustentabilidade econômica de um Estado palestino independente. Grande parcela dos palestinos obtém sua subsistência trabalhando fora das regiões sob controle da ANP, e firmar um novo Estado exige, no mínimo, a provisão ao povo de uma chance de prosperar. Há, igualmente, a possibilidade de um problema sério de abastecimento, especialmente caso Israel não permita que as margens do rio Jordão fiquem dentro de território palestino. Muito antes de dar aos palestinos uma forma estatal, é necessário que se reflita, portanto, sobre as relações de dependência com Israel, possibilidades comerciais e desenvolvimento, para que questões daí advindas não contribuam para que se potencialize o conflito ao invés de saná-lo.

Toda uma problemática relativa ao retorno dos refugiados palestinos deve ser também considerada. O retorno de milhares de indivíduos, respaldado por resoluções da ONU como a 194 do Conselho de Segurança (1948), pode causar uma sobrecarga na capacidade do novo Estado, seja ela territorial ou, especialmente, social e econômica.

Por fim, é possível e provável que a violência perdure na forma do terror, uma vez que muitos dos grupos terroristas da região ainda pregam, por exemplo, pela total eliminação de Israel, e mesmo na forma de uma "formalização" da guerra, posto que as fronteiras ali, por mais seguras que pretendessem ser, seriam marcadas pela fragilidade.

Mesmo apontando uma série de problemas que podem decorrer da criação de um Estado palestino e suas implicações para o conflito, acredito no caráter positivo de sua realização. Talvez seja a solução mais próxima da paz, apesar de, infelizmente, ainda tão distante.

O CONVIDADO: Igor Vidal é bacharelado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).